



PARECER ÚNICO Nº 004/2015 (SIAM)		
INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 09355/2013/001/2014	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença Prévia - LP	VALIDADE DA LICENÇA: 4 anos	
PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
EMPREENDEDOR: LINX TRANSPORTES LTDA	CNPJ: 07.435.997/0001-51	
EMPREENDIMENTO: LINX TRANSPORTES LTDA/BASE DE ABASTECIMENTO	CNPJ: 07.435.997/0001-51	
MUNICÍPIO: Montes Claros - MG	ZONA: Urbana	
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):	LAT/Y 624.170	LONG/X 8.145.200
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:		
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
BACIA FEDERAL: RIO VERDE GRANDE	BACIA ESTADUAL: RIO DO VIEIRA	
UPGRH: Região da Bacia do Rio Verde Grande	SUB-BACIA: CÓRREGO PAU PRETO	
CÓDIGO: F-02-04-6	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04): Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos – capacidade de armazenamento 14.370,64 m ³	CLASSE: 5
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Vanderson Aguiar Santos – Engenheiro Civil Mônica Durães Braga - Bióloga		REGISTRO: CREA – MG 71.188 /D CRBIO-2245709
RELATÓRIO DE VISTORIAS: 022/2014 014/2015 015/2015		DATA: 27/03/2014 02/03/2015 25/03/2015
EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Reinaldo Miranda Fonseca – Analista Ambiental (Gestor)	0615025-4	
Rodrigo Dias de Almeida – Analista Ambiental	1119194-7	
Ozanan de Almeida Dias – Gestor Ambiental	1216833-2	
José Augusto de Carvalho Neto – Gestor Ambiental Formação Jurídica	1364172-5	
De acordo: Cláudia Beatriz O. Araújo Versiani – Diretor(a) Regional de Apoio Técnico	1148188-4	
De acordo: Yuri Rafael de Oliveira Trovão – Diretor de Controle Processual	1364172-5	



1. Introdução

O presente parecer, elaborado pela equipe técnica da SUPRAM NM para apreciação do COPAM Norte, a quem cabe julgamento, é referente à solicitação da **Licença Prévia (LP)** requerida pelo empreendedor, **LINX TRANSPORTES LTDA - EPP** para o empreendimento **LINX TRANSPORTES LTDA - EPP / Base de Abastecimento**, atividade principal **Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos** – código na DN 74/04 – **F-02-04-6**, capacidade de armazenagem – 14.370,64 m³, **classe 5**, localizado na zona urbana do município de Montes Claros - MG.

O Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCEI) tem data de **07/10/2013** com nº R372079/2013 e o Formulário de Orientação Básico (FOBI) foi emitido em **10/10/2013** com o nº 0424261/2013B. O processo foi formalizado no dia **29/01/2014**, junto a Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Norte de Minas – SUPRAM NM, dando início à análise do processo.

Em **27/03/2014** foi realizada a vistoria no empreendimento onde foram verificadas in loco situações informadas no RCA. Foi elaborado o Relatório de Vistoria nº 022/2014.

No dia **31/03/2014**, foi entregue em mãos o OF. SUPRAM –NM- Nº 211/2014 datado de 28/03/2014, para o empreendedor solicitando informações complementares e estudos adicionais, informando um prazo de 120 dias para o atendimento das solicitações.

Em **10/07/2014**, foi protocolado na SUPRAM NM, o Ofício s/n, datado de 09/07/2014, solicitando prorrogação por mais 120 dias do prazo de entrega das informações complementares alegando que não foi possível providenciar todas as informações dentro do prazo estipulado.

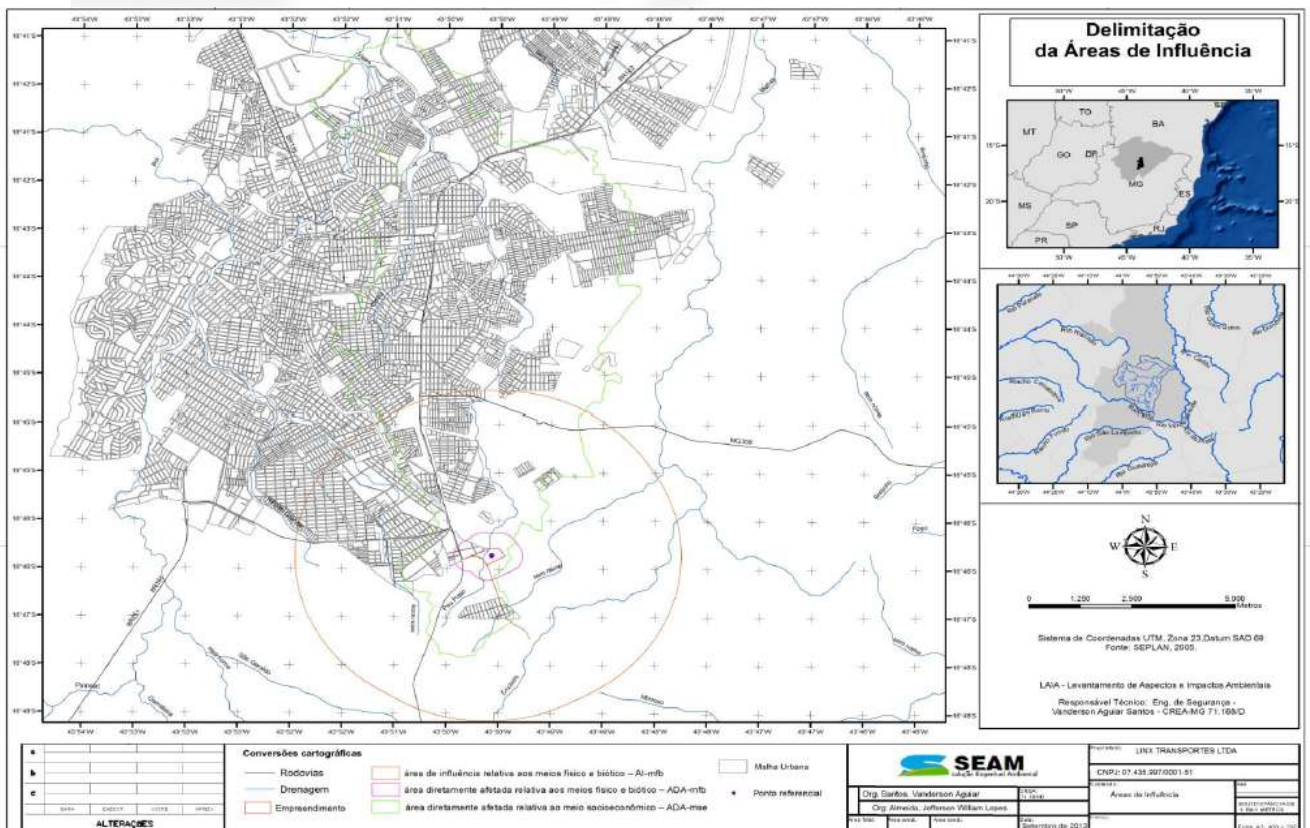
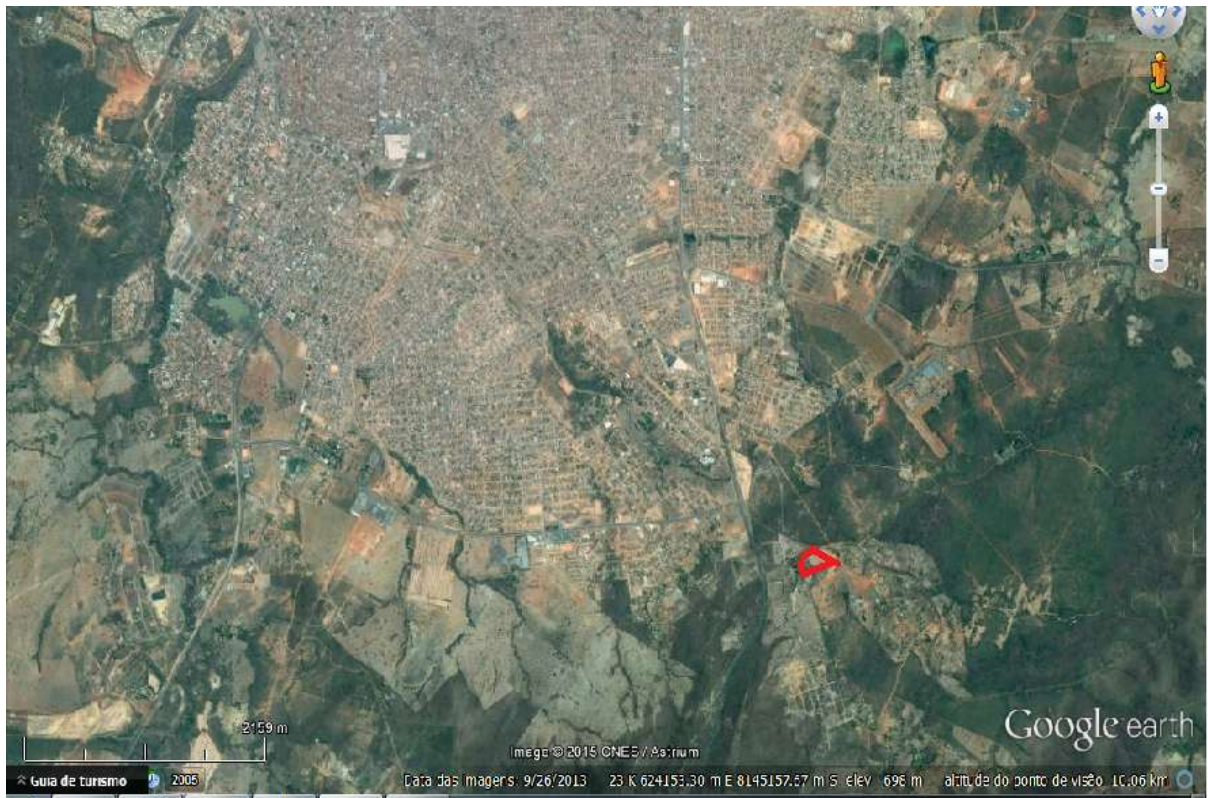
Em **01/08/2014** foi entregue em mãos para o empreendedor o Ofício SUPRAM NM Nº 628/2014, datado de 31/07/2014 deferindo o pedido de prorrogação por mais 120 dias a contar do vencimento do prazo anterior para a entrega de todas as informações complementares solicitadas.

Em **23/12/2014** foi protocolado na SUPRAM NM, o Ofício s/n, datado de 23/12/2014, as informações complementares.

2. Caracterização do Empreendimento

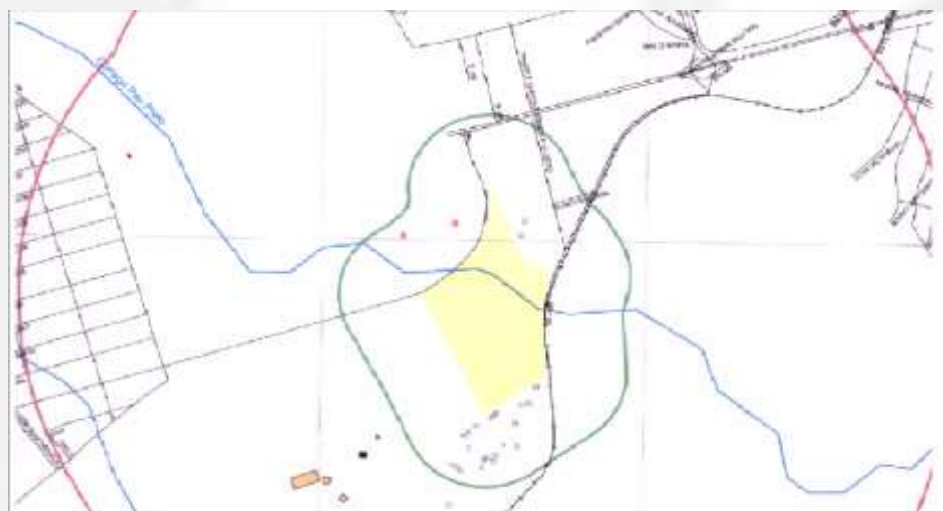
2.1 INFORMAÇÕES SOBRE O CRITÉRIO DE ESCOLHA DO LOCAL PARA INSTALAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

De acordo com o RCA a escolha do local para instalar a base de combustível está amparada por diversos fatores, o primeiro deles é área do empreendimento ser de posse do empreendedor. O acesso ao terreno é estratégico devido à proximidade com a BR 135, como também, a ferrovia Central do Brasil a poucos metros de distância. A área com uso bastante antropizado, indica outro fator significativo para a escolha do terreno para a finalidade a que se propõem.





Segundo consta nos estudos apresentados, a área total do empreendimento é de 88.922,0 m² (8,8922 ha).



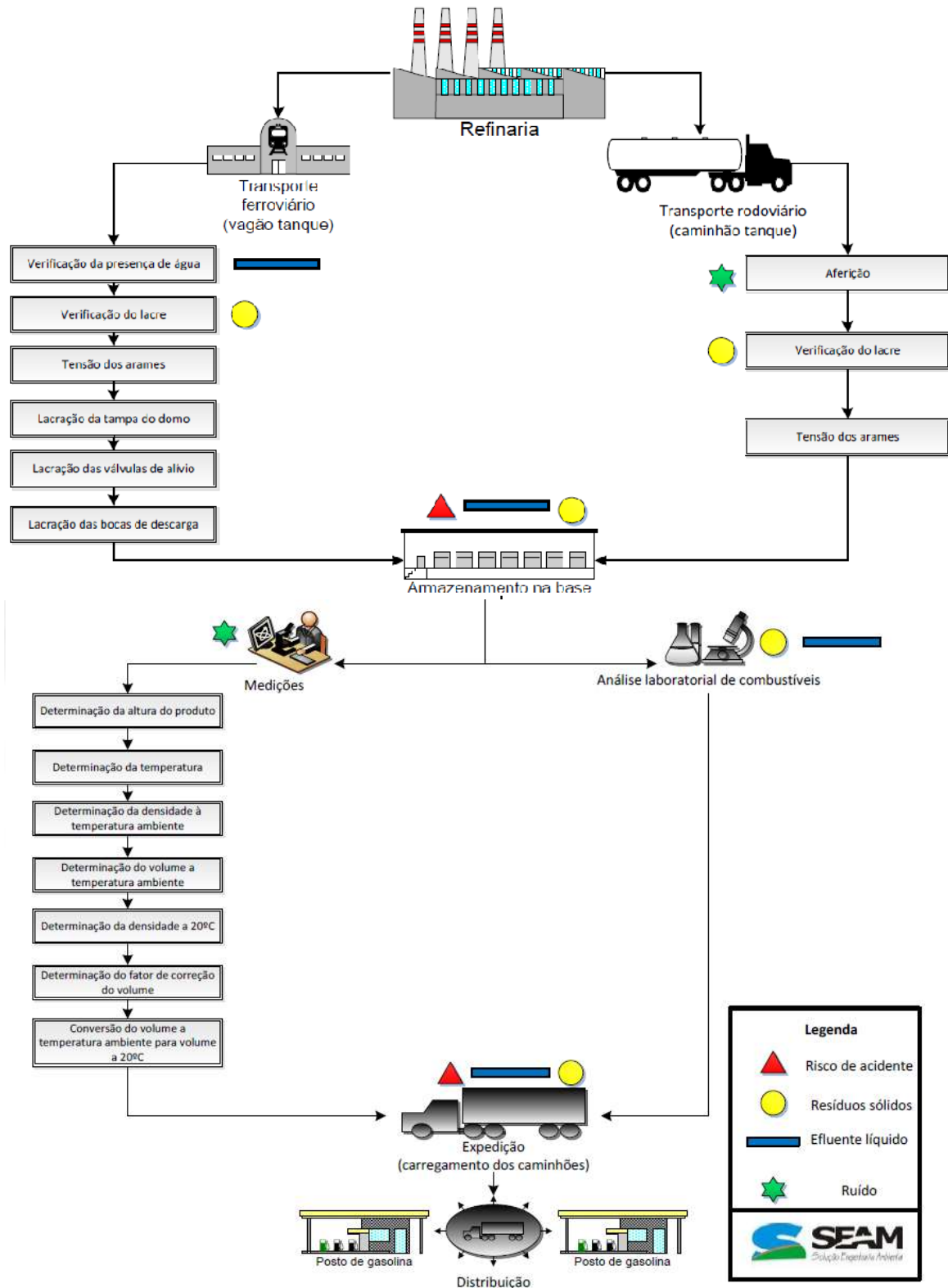
De acordo com os estudos apresentados no RCA a área do empreendimento está na Zona de Expansão Urbana da cidade de Montes Claros e existem no raio de 100 metros do entorno do empreendimento algumas residências fixas, igreja, cemitério, sendo assim quando os projetos executivos estiverem todos aprovados e definitivos, na fase da licença de implantação, o PCA (plano de controle ambiental) deverá apresentar os estudos de análise de risco respeitando as distâncias obrigatórios e seguras entre os tanques de armazenamento e as residências dentro da legislação vigente e observância das Normas técnicas Brasileiras.

A leste da propriedade, em seu limite existe uma linha férrea da concessionária Centro Atlântica. Cabe destacar a referida propriedade não se encontra cercada em sua totalidade e não possui acesso restrito de pessoas, sendo constatado depósito de resíduos domésticos a beira de uma das estradas internas do empreendimento.



2.2 PROCESSO PRODUTIVO

FLUXOGRAMA – PROCESSO PRODUTIVO BASE DE COMBUSTÍVEIS LINX TRANSPORTES





Descrição das etapas do processo de produção

O empreendimento se constitui de uma "Base de Combustíveis", cujo objetivo principal é o recebimento, armazenamento e posterior fracionamento dos combustíveis. As atividades a serem exercidas no empreendimento estão representadas principalmente pelas seguintes etapas:

- Recebimento de Produto;
- Medições;
- Análises de Laboratório;
- Expedição de Produto.

1. Recebimento de Produto

Os produtos (combustíveis) são transportados da refinaria até o empreendimento através de duas modalidades, ferroviária (vagão tanque) e rodoviária (caminhão tanque). Os vagões - tanques são carregados nas áreas de refinarias ou centros coletores para suprimento de outras regiões do país. Os tanques dos vagões possuem uma câmara de expansão ou domo acima do corpo cilíndrico. A válvula de saída de produto se situa no fundo do tanque e sua haste se prolonga até o domo, onde está localizado o volante acionador. A saída do produto é feita através da tubulação de descarga, conectada à tubulação da base por um mangote flexível. O vagão possui válvulas de alívio de modo a evitar o excesso de pressão no interior do tanque. Os vagões - tanques são aferidos a intervalos de 4 anos pelo IPEM regional, que emite certificado específico para cada vagão. Em todos os vagões recebidos deve ser verificada a existência de água, o que pode ser feito com uma régua T e pasta de água. Constatada sua presença, o vagão será drenado e, a seguir, medido para determinação da quantidade real de produto. Antes de descarregado, se faz necessário verificar a lacração quanto a integridade dos lacres, a tensão dos arames e principalmente se a tampa do domo está lacrada pelos dois parafusos opostos à dobradiça. Verificar, também, a lacração das válvulas de alívio e das bocas de descarga. Todo vagão recebido com algum outro dispositivo que permita a retirada de produto deve ter seu número informado à dependência que o carregou, para correção da irregularidade. Informar, também, os casos de defeito na válvula de fundo, haste ou volante, e de vazamentos. No caso de lacre violado ou com indícios de violação, a Ferrovia deverá ser comunicada para presenciar a abertura e conferência do vagão - tanque. Na ocasião, fazer um "Boletim de Ocorrência", assinado pelas partes envolvidas. Ao fim da descarga, verificar a existência de borra ou de produto remanescente no vagão.

No transporte rodoviário os tanques dos caminhões possuem uma câmara de expansão em sua parte superior, onde se situa a boca de carregamento. Os tanques podem ser divididos em compartimentos para permitir o carregamento de mais de um produto. Cada compartimento deve ter sua própria tubulação de descarga,



conectada ao fundo do tanque. Esta tubulação possui 2 válvulas, uma colocada logo na saída do tanque e outra, de acionamento rápido, na extremidade da tubulação. A primeira tem como função conter o produto no tanque e a segunda, permitir manobras rápidas durante a descarga. As tubulações de descarga do caminhão são ligadas às da base por mangotes flexíveis. Os caminhões - tanques devem ser aferidos anualmente pelo IPEM regional, que emite certificado específico para cada veículo. No certificado de aferição constam as principais dimensões do tanque (altura, comprimento e largura) e a altura da seta em relação ao fundo ou a uma mesa de medição. O dispositivo que indica o nível do produto correspondente à capacidade nominal do compartimento ou do tanque denomina-se Seta. São feitas aferições com medidores, e os caminhões, durante esta operação, permanecem sobre lajes niveladas. Antes da aferição propriamente dita, examina-se a calibragem dos pneus e o estado dos feixes de molas, fatores que podem influir na sua horizontalidade. Portanto, toda vez que um caminhão for medido, as mesmas condições devem ser observadas.

Existem dois critérios diferentes para aferição:

- Com a tubulação cheia.
- Com a tubulação vazia.

Em algumas aferições o volume nominal do certificado inclui o volume da tubulação de descarga entre a válvula de saída do fundo e a da extremidade (tubulação cheia). O certificado de aferição deve indicar qual o critério adotado.

Todo caminhão recebido deve ser conferido, confrontando o certificado de aferição e os lacres (número e cor) com a nota fiscal. Verificar a integridade de cada lacre e a tensão dos arames, bem como a possibilidade de remoção, sem violação de válvulas, volantes, alavancas e tampões. Nas etapas de recebimento e saída dos produtos da base de armazenamento e distribuição podem ocorrer impactos causados pelos ruídos com potencial para causar incômodo externamente às instalações do empreendimento.

2. Medições

Devido a volatilidade (evaporação) e à dilatação térmica dos produtos (combustíveis), o controle de estoque deve ser feito à temperatura ambiente e a uma temperatura padrão. Os controles são efetuados física e teoricamente para que se possa avaliar as perdas de produtos por evaporação, vazamento etc. Como as movimentações de produto numa base são realizadas em varias etapas e a temperaturas diversas, o controle de estoque à temperatura ambiente não seria suficiente. Por isso, adota-se uma temperatura padrão, que no Brasil é de 20°C. Portanto, o controle da movimentação à temperatura de 20°C tem por finalidade eliminar as distorções que podem ser causadas no controle de estoque devido à contração ou retração do produto com as variações de temperatura. Para a conversão de um volume com uma determinada temperatura à temperatura padrão, isto é, para saber que volume o produto estaria ocupando se estivesse a 20°C, são usadas tabelas próprias, que levam em conta fatores como coeficiente de expansão térmica e densidade, entre outros. Tais fatores diferem para os derivados de petróleo e para o álcool, daí a necessidade de uma tabela para conversão de volume de cada um destes produtos. A medição de volume é uma das principais tarefas da base. O objetivo da medição é averiguar o volume de um produto tanto à temperatura ambiente quanto a 20° C independentemente de qual seja o reservatório que o contenha (caminhão - tanque, vagão - tanque, chata - tanque ou reservatório de base). Para que este objetivo seja alcançado, é imprevisível adotar procedimentos tais como: determinação da altura do produto, determinação da temperatura; determinação da densidade à temperatura ambiente; determinação do volume à temperatura ambiente; determinação da densidade a 20°C; determinação do fator de correção de volume e conversão do volume à temperatura ambiente para volume a 20° C. Para execução desses procedimentos são necessários os seguintes equipamentos:



- 1 - Trena de profundidade;
- 2 - Termômetro;
- 3 - Densímetro;
- 4 - Saca - amostra;
- 5 - Provetas;
- 6 - Barra milimétrica
- 7 - Pasta indicadores (de água e de produto)
- 8 - Régua T => no caso de vagão - tanque.

Além de tabelas de arqueação dos tanques, aferição dos caminhões – tanques e conversão de volumes. Em cada uma das três operações principais da base (recebimento, armazenamento e carregamento ou expedição) é preciso executar os sete procedimentos descritos anteriormente. Os de determinação da altura, da temperatura e do volume ambiente, apesar de semelhantes, apresentam algumas características próprias. As medições realizadas para controle de operações comerciais como a de distribuição de combustíveis são regulamentadas pelo órgão metrológico oficial, INMETRO.

Os instrumentos utilizados na medição como trena, densímetro, termômetro e régua T são aferidos pelo INMETRO e recebem um Certificado de Aferição, que deve permanecer em poder da base enquanto os instrumentos estiverem em uso. É importante ressaltar que o certificado não garante a precisão destes instrumentos. Eles devem ser constantemente conferidos entre si, para que se verifique se, sob as mesmas condições, tem leituras idênticas. Aquele que diferir dos demais deve ser substituído.

Para uma medição correta, deve ser obedecida à seqüência a seguir:

- a) Medir a altura do produto.
- b) Medir a altura do lastro de água.
- c) Determinar o número de tomadas de temperatura.
- d) Emergir o termômetro no tanque.
- e) Retirar a amostra.
- f) Retirar o termômetro e efetuar a leitura.
- g) Transferir a amostra para proveta.
- h) Medir a densidade e a temperatura da amostra.



As duas últimas etapas devem ser feitas no laboratório.

A temperatura ambiente do produto influi significativamente no controle de estoque a 20°C. A diferença de 1°C na leitura do termômetro causa um erro de aproximadamente 0,11% no cálculo do volume a 20°C, quando o produto é a gasolina A. Os equipamentos utilizados são termômetro e porta termômetro.

Através da medição da densidade e da temperatura que podemos determinar os volumes à temperatura ambiente e a 20°C. O equipamento utilizado é o densímetro.

São feitas coletas de amostra que têm objetivos de: obter a temperatura ambiente da amostra; obter a densidade a esta temperatura e determinar a densidade a 20°C. Utiliza-se como equipamento o saca - amostra.

4 . Análise de Laboratório

A Base de Combustíveis deve promover o teste regular de combustível para determinar a sua qualidade.

3. Expedição de Produto

A expedição de produtos pela base do empreendimento é feita por caminhões - tanques. A correta operação de enchimento é primordial para que a base apresente um bom desempenho operacional, cujo parâmetro de avaliação é o índice de sobras e faltas. Deve ser inspecionado, nos caminhões - tanques, a lacração na boca de visita e nas válvulas de fundo e de fecho rápido. É importante verificar a calibragem dos pneus e o feixe de molas, para garantir a perfeita horizontalidade do caminhão. No carregamento dos caminhões devem-se verificar precauções tais como: se o sistema elétrico do veículo apresenta boas condições e mantê-lo desligado durante a operação de carregamento; interligar o caminhão à malha de aterramento da plataforma por meio de cabo - terra, sendo importante examinar se os terminais de ligação, tanto da plataforma quanto do caminhão, estão livres de corrosão ou tinta; introduzir o braço de carregamento ao máximo no tanque, de modo a diminuir a geração de eletricidade estática e vapores, e mantê-lo sempre em contato com a boca do tanque, de modo a evitar formação de centelha.

No caso de carregamento por medidor, predeterminar o volume que consta do certificado de aferição (tanque ou compartimento), arredondando para a quantidade em decalitros logo abaixo, devido às características do predeterminador. Quando o produto for gasolina C, com a mistura feita no caminhão, predeterminar os volumes de álcool anidro e gasolina A separadamente, de acordo com o percentual de cada produto em relação ao volume total. Os volumes individuais predeterminados serão considerados no controle de estoque, à temperatura ambiente. Se, após o carregamento, o nível ficar abaixo da seta de referência, completar o tanque ou compartimento com o produto até o nível da seta. Se esta quantidade complementar for superior à tolerância do medidor, verificar o tanque do caminhão nos próximos carregamentos e, persistindo a diferença, providenciar nova aferição. É recomendável comparar diariamente os volumes registrados pelos totalizadores dos medidores com o volume total carregado (somatório das notas fiscais). Esta providência, além de propiciar um controle de estoque mais seguro, permite avaliar a exatidão dos medidores.

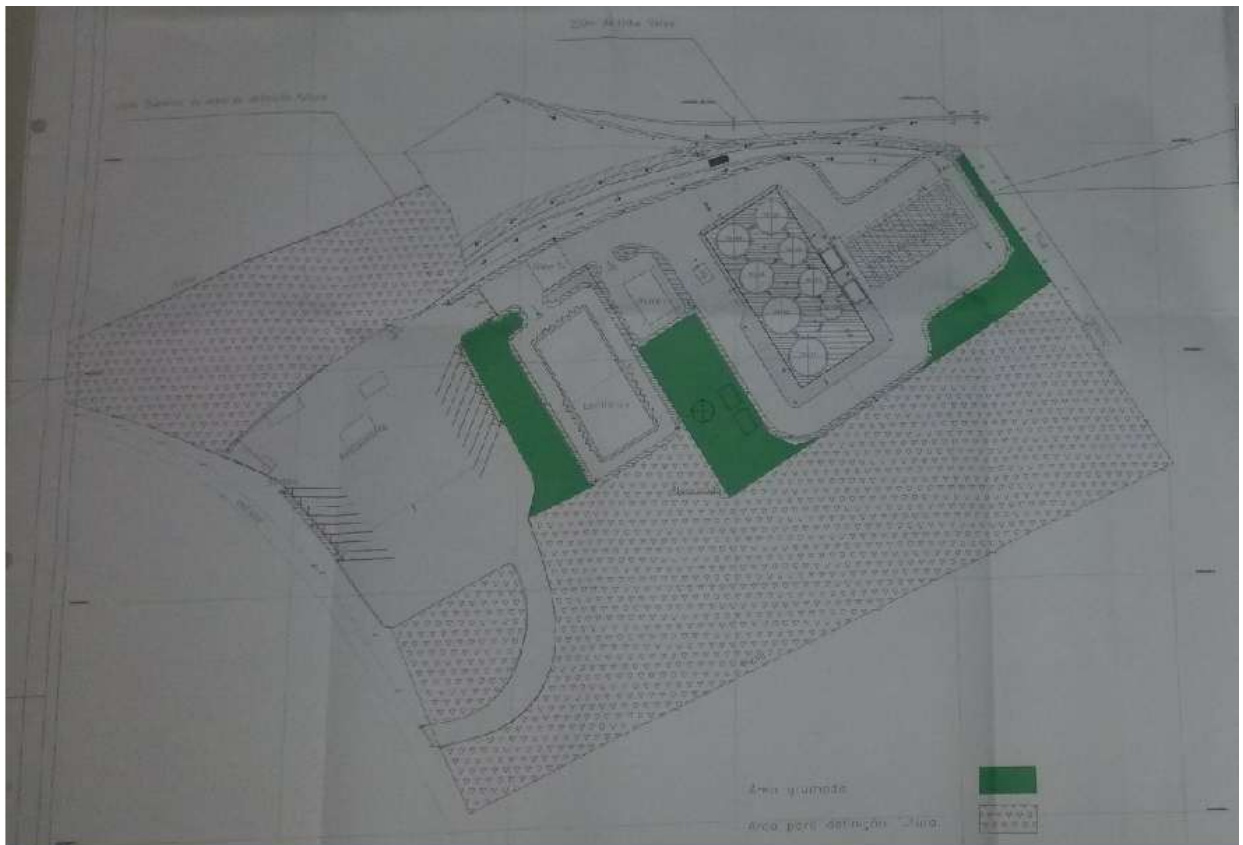
No carregamento por seta, deve-se carregar o tanque ou compartimento até que o nível de produto coincida



com a seta de referência. Quando o produto for gasolina C, predeterminar o medidor de álcool anidro com o volume correspondente ao seu percentual no volume total e completar o tanque ou compartimento com gasolina, até a seta de referência. Para efeito de controle de estoque, considerar como volume à temperatura ambiente o indicado no certificado de aferição do caminhão, aplicando ao álcool e à gasolina A os percentuais correspondentes no caso de gasolina C.

Antes do caminhão deixar a base, o motorista deve acionar o “dispositivo de incerta” (bola preta), que indica aleatoriamente os veículos que serão inspecionados. A inspeção é feita pelo chefe da base ou por um funcionário indicado por este, desde que não envolvido diretamente na operação de carregamento. A inspeção é feita na laje que ocorreu o carregamento, na presença do responsável pelo plataforma e deve ser verificado os seguintes pontos:

- Lacração;
- Ordem de carregamento;
- Quantidade e o produto carregado (é necessário abrir as tampas dos compartimentos);
- Certificado de aferição;
- Existência de extintor de incêndio adequado e em condições de uso;
- Vazamentos nas tubulações de saída (retirar o tampão e abrir o fecho rápido);
- Condições das placas de aterramento;





2.3 MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA – 55º BATALHÃO DE INFANTARIA

De acordo com a vistoria realizada pelos técnicos da SUPRAM NM foi observado que um dos limitantes do empreendimento tratava-se da área do 55º BI sendo assim foi solicitado nas informações complementares a manifestação do referido órgão.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
55º BATALHÃO DE INFANTARIA
(Inf. Gu. Fx. da BA 1851)
BATALHÃO DIONÍSIO CERQUEIRA

AV. DO EXÉRCITO S/NR – BAIRRO SANTO ANTÔNIO II – MONTES CLAROS – MG – CEP. 39402-290
FONE (38) 3213-1200 – FAX (38) 3213-1404 – E-mail: 55bi@yahoo.com.br

Ofício nº 013 – S4/2/55º BI
EB: 64067.003559/2014-11

Montes Claros, MG, 10 de julho de 2014

Ao Senhor
ROGÉRIO DE OLIVEIRA BARRAL
Linx Transporte Ltda
Estrada Clube DER, nº 900, Bairro Serra Verde
Montes Claros-MG

Assunto: Manifesto.



1. Em resposta ao ofício s/n, onde essa empresa solicita manifestação deste Comandante referente a construção de uma base de combustível com capacidade para armazenamento de 14.370 m³ nas proximidades da área deste Batalhão, segue o seguinte:

a. deverão ser observadas as Normas Reguladoras de Segurança e Saúde NR 20 (Líquidos Combustíveis e Inflamáveis) no que tange a distância de segurança dos tanques de armazenamento para propriedades adjacentes, sendo relevante frisar que a distância da coordenada informada pela empresa (E=624.216 e N=8.145.239) ao ponto mais próximo da cercania deste batalhão (marco nº 26) é de aproximadamente 457,00 m, início da área de instrução. No caso específico ao armazenamento de 14.370 m³ requer uma distância de segurança de 420,00m, conforme tabelas A e C da NR 20 – Líquidos Combustíveis e Inflamáveis;

b. as atividades rotineiras desta Organização Militar, bem como, atividades com tropa em exercício no interior da Área de Instrução, tiro real, especialmente por armas de longo alcance, são executadas em locais opostos ao local das futuras instalações e armazenagem de combustíveis;

c. diante dessas observações e levantamentos, sou de parecer salvo melhor juízo, que a construção desse empreendimento não influencia, até o presente momento, nas atividades desta Organização Militar.

Atenciosamente,

JOSÉ RUBENS MARQUES – Tenente Coronel
Comandante do 55º Batalhão de Infantaria



2.4 MANIFESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

Como o empreendimento irá utilizar o transporte ferroviário para abastecimento da base de armazenamento, sendo assim, foi solicitado nas informações complementares a manifestação do referido órgão.



Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviários de Carga
Coordenação de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Carga - URMG
Avenida Cristóvão Colombo, 485, 5º andar Belo Horizonte-MG - 30140-140 - fone: (31) 3303-1300
www.antt.gov.br

Ofício nº 80 /2014/COFER/URMG/ANTT.

ANTT
023726/14-31
27.08.2014

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2014.

Ao Senhor

Rogério de Oliveira Barral

Diretor da Empresa Linx Transportes LTDA.

Montes Claros- MG.



Assunto: Informações a respeito de construção de empreendimento próximo à Faixa de Domínio.

1. Tendo em vista o pedido de manifestação da ANTT quanto à anuência da construção de um terminal de armazenagem de combustíveis na Fazenda Mucambinho localizada no bairro Serra Verde, na cidade de Montes Claros, em um terreno às margens da ferrovia, pela empresa Linx Transportes LTDA, informamos:

2. A Lei Federal nº 6.766/1979, em seu artigo 4º, inciso II, que teve posteriormente sua redação alterada pela Lei 10.932/2004, estabeleceu que a faixa não edificada às margens da ferrovia seria de 15 (quinze) metros de cada lado: *"III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica"*.

3. Importante ressaltar que a Lei 6.766/1979, alterada pela Lei nº 10.932/2004, trata de faixa não edificante, uma faixa de terreno de propriedade pública ou privada sob a qual não deverá haver edificações, salvo maiores exigências da legislação específica.

4. A Resolução ANTT nº2695/2008, estabelece procedimentos a serem seguidos pelas concessionárias de serviços públicos de transporte



Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviários de Carga
Coordenação de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Carga - URMG
Avenida Cristóvão Colombo, 485, 5º andar Belo Horizonte - MG - 30140-140 - fone: (31) 3303-1300
www.antt.gov.br

ferroviário na obtenção de autorização da ANTT para execução de obras na malha objeto da Concessão (obras de interesse próprio e de terceiros).

5. Levando em consideração que a Concessionária, que explora o trecho em questão, deve delimitar e proteger a faixa de domínio e todos os bens operacionais, integrantes a ela, foi solicitado à concessionária Ferrovia Centro-Atlântica - FCA, que nos encaminhasse parecer sobre a implantação do terminal de armazenagem de combustíveis na Fazenda Mucambinho, bairro Serra Verde, Montes Claros/MG (coordenadas: -16,772353, -43,83463), tendo em vista os limites da faixa de domínio, os limites da área não edificante o tipo de empreendimento a ser implantado.

6. Em resposta, a FCA, informa que diante do que foi apresentado sobre o empreendimento, não haverá interferência nas atividades atuais da ferrovia. Mas observa que não possui o projeto técnico para uma análise mais detalhada.

7. Diante desta informação, orientamos ao Sr. Rogério de Oliveira Barral, Diretor da empresa Lins Transportes LTDA a entrar em contato com a concessionária FCA e apresentar todo o projeto do empreendimento, para não haver dúvidas sobre as possíveis interferências da atividade na ferrovia.

8. Importante frisar que o trecho ferroviário em questão faz parte da relação de trechos que estão devolvidos no Programa de investimentos em Logística (PIL), conforme Resoluções ANTT nº 4.131/2013 e nº 4.160/2013.

Atenciosamente,



Aurélio Ferreira Braga
Matrícula SIAPE nº 1518595
Coordenador de Infraestrutura e Serviços
de Transporte Ferroviário de Carga
URMG/URMG

Aurélio Ferreira Braga
Coordenador de Infraestrutura e Serviços de Transportes
Ferroviários de Carga - COFER/URMG.



SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS - SUFER

Reunião Participativa nº 037/2013 (18/12/2013) Monte Claros/MG.

Representantes da mesa diretora:

- Representante da Ouvidoria (Ouvidor Substituto) ANTT.
Leonardo Cavalcanti
- Gerente de Regulação e Outorga de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Carga - Substituto.
Fernando Formiga
- Representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/ DNIT.
Fabricio Mamanny

Manifestações orais:

Teresinha de Jesus F. Veloso (Ajudante de Confeiteiro);
Jovelina Alves de Brito (Vendedora);
Frederico Amaral e Silva (Superintendente de logística);
Edilson Carlos Torquato (Presidente da ACI);
Alberto Fernandes de Oliveira (Presidente dos Amigos do trem Baiano);
Thailes Bouchardet (Estudante);
Rogério Barral (Diretor da Linx Transporte);
Walter Moreira Abreu (Consultor DN Imóveis);
Alexandre Machado Pinto (Diretor Presidente da Fazenda Ouro Verde);
José Geraldo Nogueira Dias (Eletricista Industrial);
Raquel Muniz (Chefe do Gabinete do Prefeito);
Vera Lobo (Empresária da Tribo Social);
Edvaldo Marques Araújo (Secretário Municipal Meio Ambiente).

Contribuições (Ficha de Sugestão):

{...}


Rogério de Oliveira Barral (Linx Transportes).

Contribuição:

"Apresentação de um projeto de uma base de armazenagem de combustíveis com movimentação mensal de 80.000,000 de litros".

{...}

Declaro para os devidos fins, que o Sr. Rogério Barral (Diretor da Linx Transporte) participou da Reunião Participativa nº 037/2013, realizada na cidade de Montes Claros/MG, em 18 de dezembro de 2013.


Fernando Augusto Formiga
Matrícula SIAFE nº 1562251
Especialista em Regulação
SUFER



2.5 MANIFESTAÇÃO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

OFÍCIO N°: 029/14


Assunto: Informação (Faz)

Montes Claros, 12 de dezembro 2014.

Prezado Senhor,

Informo que o processo n.º 50.606.011302/2014-76, referente à solicitação de acesso a BR-135/MG, no km 371, impetrada por Linx Transportes Ltda., está na Superintendência Regional do DNIT em Minas Gerais para análise e aprovação do Projeto Executivo do referido acesso, onde sugerimos que aguarda a manifestação deste Departamento.

Atenciosamente,


Eng.º Antonio Péricles Ferreira Lôbo
Matrícula 11797347

Ao
Rogério Barral
Montes Claros – MG



DNIT

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIDADE LOCAL DE MONTES CLAROS

AUTORIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ACESSO

Em conformidade com a SOLICITAÇÃO DE VISTORIA PARA CONCESSÃO DE ACESSO requerido por Linx Transportes Ltda., BR-135/MG, km 371,0, LD, resolveu-se **AUTORIZAR** a elaboração do projeto com as seguintes condições e/ou ressalvas:

1º - Por não atender o item 2.1.4 do "Manual de Acesso de Propriedades Marginais a Rodovias Federais" autorizamos apresentação do projeto com implantação de via lateral em conformidade com o item 2.1.5 do referido Manual, sem giro a esquerda de acordo com o projeto tipo da página 63.

2º - O solicitante fique ciente do conteúdo do item 2.1.2 do "Manual de Acesso de Propriedades Marginais a Rodovias Federais";

Desta forma autorizamos apresentação do projeto de acordo com o referido Manual em três vias, contendo:

- Projeto Geométrico;
- Planta de Situação;
- Levantamento Planialtimétrico;
- Projeto de Pavimentação;
- Projeto de Drenagem;
- Projeto de Sinalização;

O prazo para apresentação do projeto é de 60 (sessenta) dias. Após este prazo a presente AUTORIZAÇÃO estará sujeita à nova orientação técnica, quando poderão ser analisadas novas solicitações de acesso.

Montes Claros, 11 de Julho de 2014

Eng. *André Pêças Ferreira Lobo*
Supervisor da U.L. de Montes Claros/MG



2.6 MANIFESTAÇÃO DO MCTrans – Prefeitura de Montes Claros/MG

MCTrans

PARECER
LINX TRANSPORTES LTDA

A Lei nº 9.503/1997 Código de Trânsito Brasileiro – CTB, no seu artigo 93 dispõe que *“nenhum projeto de edificação que possa transformar-se em polo atrativo de trânsito poderá ser aprovado sem prévia anuência de órgão ou entidade com circunscrição sobre a via e sem que do projeto conste área para estacionamento e a indicação das vias de acesso adequadas”*.

E ainda, conforme determina o Decreto Municipal nº 2.625/2009 no seu artigo 4º, *“A MCTrans, respeitada a legislação federal, estadual e municipal aplicável, terá por finalidade:*

XXXVIII – analisar e emitir parecer para aprovação de projetos de edificações que possam transformarem-se em pólos atrativos de trânsito e para aprovação de projetos de abertura de vias e implantação de loteamentos, bem como para a localização, implantação e operação de equipamentos urbanos de grande porte.

§ 3º - *Para execução dos serviços previstos no inciso XXXVIII deverá o interessado submeter, para análise da MCTrans, o Relatório de Impacto Sobre o Trânsito Urbano (RITU), antes da liberação dos alvarás de construção e de localização, que deverá conter, dentre outros itens:*

- a) adequação e viabilidade de localização;*
- b) oferta de estacionamento;*
- c) condições de acesso de veículos e de pedestres;*
- d) análise do impacto no trânsito e no transporte público e observância de outros preceitos legais”.*

implantado pela LINX TRANSPORTES LTDA, concluiu conforme parecer, abaixo descrito:

- 1- Em razão das características físicas e operacionais, o empreendedor deverá apresentar projeto executivo de geometria e de sinalização viária da área de entorno da entrada ao empreendimento, criando inclusive faixas de desaceleração e aceleração adequadas aos veículos/tipo que terão acesso ao local, garantindo segurança e fluidez na via, inclusive aos veículos e pedestres de passagem.
- 2- Portanto, a aprovação da implantação do referido empreendimento no local pretendido, está condicionada a apresentação e aprovação do referido projeto pela MCTrans.

Montes Claros, 25 de julho de 2014.


Diretoria de Trânsito e Sistema Viário



3. Caracterização Ambiental

USOS ANTERIORES DO TERRENO DO EMPREENDIMENTO

Em relação aos usos presentes no terreno do empreendimento, ainda na fase de Licença Prévia (LP), observa-se uma área destinada para a prática de Motocross . Dessa forma, conforme vistoria e estudos apresentados a área do empreendimento configura-se como uma área antropizada.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O empreendimento em questão, está localizado a uma distância aproximada de 8,2 km do limite do Parque Estadual Lapa Grande, configurando assim, um estabelecimento fora da faixa proposta pelo CONAMA que trata sobre a Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável ou de proteção integral criada ou implantada, ou em outra área de interesse ambiental legalmente protegida.

3.1. Alternativa Locacional

De acordo com o RCA a escolha do local para instalar a base de combustível está amparada por diversos fatores, o primeiro deles é área do empreendimento ser de posse do empreendedor. O acesso ao terreno é estratégico devido à proximidade com a BR 135, como também, a ferrovia Central do Brasil a poucos metros de distância. A área com uso antropizado, indica outro fator significativo para a escolha do terreno para a finalidade a que se propõem.

3.2. Meio Biótico

Em relação à tipologia vegetacional existente na área pleiteada para o empreendimento, pode ser observado que grande parte da área onde será implantada o empreendimento está sem vegetação nativa, sendo atualmente composta por duas pistas de MotoCross e um depósito de Moinha de carvão vegetal. Em uma pequena área a vegetação nativa predominante é composta por remanescente de vegetação nativa (árvores isoladas) com a presença de árvores exóticas (Leucena) e frutíferas (Goiabeira).



Maior parte da área sem presença de árvores.



Concentração de árvores na parte baixa da área.

Para fins de identificação e classificação das espécies encontradas, foram utilizados atlas, literatura base e estudos diversos da região. Ainda, os resultados obtidos no levantamento fotográfico, sonográfico e de vestígios, quando preciso, foram levados a especialistas para consulta e confirmação da identificação feita.

Com o diagnóstico da comunidade faunística foram identificados 01 (uma) espécie de mamífero, 01 (um) representante da herpetofauna.



Nome popular: Mico estrela ou sagüi
Espécie: *Callithrix penicillata*
Família: PRIMATES – CALLITHICHIDAE



Calango
Espécie: *Tropidurus torquatus*
SAURIA ou LACERTILIA

De forma mais representativa, ocorreu a comunidade de aves onde foram registradas 41 espécies, pertencentes a 9 ordens e 21 famílias.

DIAGNÓSTICO FAUNÍSTICO - EMPREENDIMENTO LINX TRANSPORTES LTDA – BASE DE
ARMAZENAMENTO, MONTES CLAROS (MG) - Mônica Durães Braga – Bióloga CRBio - 037884/04-D



Tabela 1: Lista da avifauna encontrada no empreendimento

Guildd Alimentar: (I) Insetívoros, (O) Onívoros, (G) Granívoros, (F) Frugívoros, (N) Nectarívoros, (De) Detritívoros e (C) Carnívoros					
Ordem	Família	Nome científico	Nome popular	Guildd	Ameaça de Extinção
Cathartiformes	Cathartidae	<i>Cathartes aura</i>	Urubu-de-cabeça-preta	De	Pouco preocupante
Falconiforme	Falconidae	<i>Milvago chimachima</i>	Carrapateiro	C	Pouco preocupante
Charadriiformes	Charadriidae	<i>Vareilus chilensis</i>	Quero-quero	I	Pouco preocupante
Columbiforme	Columbidae	<i>Patagioenas picazuro</i>	Pombão	G	Pouco preocupante
		<i>Columba livia</i>	Pombo-doméstico	G	Pouco preocupante
		<i>Columbina picui</i>	Rolinha-picui	G	Pouco preocupante
Psittaciformes	Psittacidae	<i>Aratinga cactorum</i>	Periquito-da-caatinga	G	Pouco preocupante
		<i>Brotogeris chiriri</i>	Periquito-de-encontro-amarelo	F	Pouco preocupante
		<i>Forpus xanthopterygius</i>	Tuim	F	Pouco preocupante
Cuculiformes	Cuculidae	<i>Piaya cayana</i>	Alma-de-gato	I	Pouco preocupante
		<i>Crotophaga ani</i>	Anu-preto	I	Pouco preocupante

DIAGNÓSTICO FAUNÍSTICO - EMPREENDIMENTO LINX TRANSPORTES LTDA - BASE DE ARMAZENAMENTO, MONTES CLAROS (MG) - Mônica Durães Braga - Bióloga CRBio - 037884-04-D

Apodiiformes	Trochilidae	<i>Amazilia lactea</i>	Beija-flor-de-peito-azul	N	Pouco preocupante
		<i>Thalurania furcata</i>	Beija-flor-tesoura-verde	N	Pouco preocupante
Piciformes	Picidae	<i>Picumnus pygmaeus</i>	Pica-pau-anão-pintado	I	Pouco preocupante
Passeriformes	Thamnophilidae	<i>Thamnophilus dolibatus</i>	Choca-barrada	I	Pouco preocupante
	Furnariidae	<i>Furnarius rufus</i>	João-de-barro	I	Pouco preocupante
		<i>Furnarius leucopus</i>	Casaca-de-couro-amarelo	I	Pouco preocupante
	Rynchoceylidae	<i>Todirostrum cinereum</i>	Ferreirinho-relógio	I	Pouco preocupante
	Tyrannidae	<i>Hemiteicus margaritaceiventris</i>	Sebino-de-olho-de-ouro	I	Pouco preocupante
		<i>Camptostoma obsoletum</i>	Risadinha	O	Pouco preocupante
		<i>Phaenocarpa murina</i>	Bagageiro	I	Pouco preocupante
		<i>Fluvicola nengeta</i>	Lavadeira-mascarada	I	Pouco preocupante
		<i>Myiozetetes similis</i>	Bentevizinho-de-penacho-vermelho	I	Pouco preocupante
		<i>Pitangus sulphuratus</i>	Bem-te-vi	O	Pouco preocupante
		<i>Tyrannus melancholicus</i>	Suiriri	O	Pouco preocupante
		<i>Myiarchus ferus</i>	Maria-caveira	O	Pouco preocupante
		<i>Elaenia chiriquensis</i>	Chibum	O	Pouco preocupante

DIAGNÓSTICO FAUNÍSTICO - EMPREENDIMENTO LINX TRANSPORTES LTDA - BASE DE ARMAZENAMENTO, MONTES CLAROS (MG) - Mônica Durães Braga - Bióloga CRBio - 037884-04-D



Troglodytidae	<i>Troglodytes musculus</i>	Corruira	I	Pouco preocupante
Peliptilidae	<i>Poliptila plumbea</i>	Balança-rabo-de-chapéu-preto	I	Pouco preocupante
Mimidae	<i>Mimus saturninus</i>	Sahlb-do-campo	O	Pouco preocupante
Coccyidae	<i>Coereba flaveola</i>	Cambacica	N	Pouco preocupante
Thraupidae	<i>Nemosia pileata</i>	Saira-de-chapéu-preto	O	Pouco preocupante
	<i>Lanius pileatus</i>	Tico-tico-rei-cinza	O	Pouco preocupante
	<i>Tangara secyaca</i>	Sanhaçu-cinzento	O	Pouco preocupante
	<i>Conirostrum speciosum</i>	Figuinha-de-rabo-castanho	I	Pouco preocupante
Emberizidae	<i>Sporophila nigricollis</i>	Baiano	G	Pouco preocupante
Parulidae	<i>Basileuterus culicivorus</i>	Pula-pula	I	Pouco preocupante
Icteridae	<i>Agelaioides tringularis</i>	Asa-de-velha-pálido	F	Pouco preocupante
	<i>Icterus jamacail</i>	Sofrê	O	Pouco preocupante
	<i>Gnorimopsar chopt</i>	Pássaro-preto	O	Pouco preocupante
Passaridae	<i>Passer domesticus</i>	Pardal	O	Pouco preocupante

DIAGNÓSTICO FAUNÍSTICO - EMPREENDIMENTO LINX TRANSPORTES LTDA - BASE DE ARMAZENAMENTO, MONTES CLAROS (MG) - Mônica Durães Braga - Bióloga CBBio - 03788404-D

As espécies registradas, em geral são menos sensíveis a alterações ambientais, suportando, até certo nível de perturbação, entretanto, isso limita quais espécies o ambiente suportará.

Estas espécies de ambientes alterados e abertos apresentam geralmente baixa dependência florestal, baixa especificidade de habitat, baixo índice de vulnerabilidade e grande tamanho populacional. O número de espécies é relacionado ao nível de degradação das áreas amostradas, no qual há apenas pequenos fragmentos florestais e grande predominância de pastagens.

Diante do que foi visto, pode-se concluir que o panorama atual é o de uma grande descaracterização da avifauna local, decorrente do histórico de alterações ambientais da área. E de maneira alguma a avifauna pode ser considerada representativa da vegetação que um dia recobriu a região.

Contudo, vale ressaltar aqui as colocações feitas anteriormente quanto às medidas mitigadoras onde se recomenda que as obras, assim como o funcionamento sejam orientados para horários devidos, comerciais. Ainda que toda circulação de pessoas e máquinas ocorra com cuidados devidos para minimizar os efeitos do barulho sobre a fauna.

Por fim, para minimizar os riscos de acidentes, que toda a construção e verificação do sistema de armazenamento sejam adequadamente realizadas e monitoradas. Assim como verificado os horários de circulação na via férrea próxima ao empreendimento, a fim de reduzir as chances de acidentes.



3.3. Meio Físico

Geologia

De acordo, com o mapeamento realizado pela CPRM (2005), a área apresenta como características de relevo superfícies aplainadas degradadas nas faixas de menores altitudes, áreas de baixa declividade prolongando-se longitudinalmente na direção oeste-leste, com caimento para o norte. Nas áreas com maiores declividades destacam-se características de relevo do tipo degraus estruturais com rebordos erosivos, tabuleiros, planaltos e baixos platôs.

Dessa forma, a partir dos limites estabelecidos para a caracterização do meio físico, o empreendimento está inserido no contexto do domínio geológico do Cráton São Francisco, onde as rochas foram afetadas por um esforço compressivo leste para oeste, de idade Brasileira.

Em relação ao contexto litológico, (Vide Mapa de Litologia – Anexo I) a região está inserida na Bacia Sanfranciscana, Província São Francisco, pertencente ao Grupo Bambuí, Formação Lagoa do Jacaré com domínio das coberturas Sedimentares de origem Proterozóicas e coberturas Detrito-Lateríticas de origem Cenozóicas. Nessa perspectiva, destaca-se as rochas calcárias com intercalações subordinadas de sedimentos siltico-argilosos e arenosos.

3.4. Meio Socioeconômico

Aspectos e impactos positivos da fase de instalação e operação

Diante da perspectiva de impactos positivos, nas fases de instalação e operação será necessária a contratação direta de funcionários. As atividades serão realizadas tanto por trabalhadores de empresas prestadoras de serviço quanto por profissionais oriundos do atual corpo técnico da própria empresa. Mesmo que a maior mobilização dos novos trabalhadores ocorra na fase de implantação do empreendimento, na fase de operação está prevista a necessidade de contratação.

Dessa forma, o meio atingindo com esse impacto será o socioeconômico no âmbito local e abrangência da ADA-mse. Com a instalação e plena operação do empreendimento haverá um crescimento na arrecadação tributária municipal e estadual. Além da contribuição tributária a geração de empregos diretos deve ser destacada como fonte dinamizadora e geradora de renda para população local.

Distância à População Fixa - dp

As distâncias das populações fixas do entorno do empreendimento estão em torno de 105 m (Ver Desenho em anexo).

Avaliação dos resultados da aplicação do critério

Uma vez obtida a distância segura (ds) e a distância à população fixa (dp), estas devem ser comparadas entre si, sendo que, quando houver a presença de população fixa dentro dos limites determinados pela distância segura, deverá ser realizado um Estudo de Análise de Riscos (EAR). Considerando que a (ds) é menor que a (dp) verifica-se a deverá ser realizado um Estudo de Análise de Riscos (EAR).



3.5. Análise do Zoneamento Ecológico-Econômico de Minas Gerais

O empreendimento Linx Transportes apresentou vulnerabilidade Natural em sua maior parte como Alta. Isso evidencia a necessidade da implantação de medidas que minimizem ou até mesmo erradiquem impactos negativos significativos desde a implantação até a operação.

Com isso, será proposto ações no tocante à topografia, drenagem pluvial através de projetos específicos para que garantam ao local do empreendimento impactos mais brandos e controlados proporcionando uma gestão segurança do ambiente.

Como o local do empreendimento já encontra-se quase em sua totalidade sem cobertura vegetal, projeto de Terraplanagem que garanta uma topografia mais suave e projeto de drenagem pluvial que garanta um escoamento superficial não concentrado com dissipadores de energia como bocas de lobo e infraestrutura como canaletas irão proporcionar de maneira eficiente uma minimização de impactos como erosão e assoreamento de canais fluviais próximos ao empreendimento.

4. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

O recurso hídrico atual do empreendimento é originário de um poço tubular, e o uso é para consumo humano da casa do vigia. Foi lavrado o auto de infração com a penalidade de advertência por captar para fins de consumo humano, sem a respectiva outorga. Está sendo colocado como condicionante deste parecer a regularização do referido poço na fase de licença de instalação.

5. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

Conforme vistoria realizada pelos técnicos da SUPRAM NM, foi verificado que existem no local ao norte remanescente de vegetação nativa e algumas espécies exóticas na condição de árvores isoladas, as relações das espécies apresentadas nas informações complementares seguem no quadro abaixo. Cabe ressaltar que será colocado como condicionante deste parecer que na formalização da LI o empreendedor apresente todos os estudos da área que será suprimida com destoca, dentre da legislação vigente e que a vegetação mais densa que limita com o curso d'água no trecho dentro da propriedade fique preservada.



Quadro 1: Lista das espécies observadas em campo.

LISTA DE ESPÉCIES			
Nº	Nome Popular	Nome Científico	Família
1	angico vermelho	<i>Anadenanthera peregrina</i>	Leguminosae Mimosoideae
2	aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Anacardiaceae
3	cagaita	<i>Eugenia dysenterica</i>	Myrtaceae
4	eucalipto	<i>Eucalyptus sp.</i>	Myrtaceae
5	gameleira	<i>Ficus insipida</i>	Moraceae
6	goiabeira	<i>Psidium guajava</i>	Myrtaceae
7	gonçalo alves	<i>Astronium fraxinifolium</i>	Anacardiaceae
8	jacarandá	<i>Jacaranda brasiliana</i>	Bignoniaceae
9	jatobá-do-cerrado	<i>Hymenaea stigonocarpa</i>	Fabaceae (Leguminosae)
10	leucina	<i>Leucaena leucocephala</i>	Fabaceae
11	lobeira	<i>Solanum lycocarpum</i>	Solanaceae
12	mama de porca	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i>	Rutaceae
13	mamoninha	<i>Mabea fistulifera</i>	Euphorbiaceae
14	pau d'ólinho	<i>Copaifera sp.</i>	Leguminosae Caesalpinioideae
15	pau-preto	<i>Melanoxylon brauna</i>	Fabaceae - Caesalpinioideae
16	pau-terra	<i>Qualea grandiflora</i>	Vochysiaceae

6. Reserva Legal

De acordo com declaração emitida pela prefeitura municipal de Montes Claros/MG e apresentada pelo empreendimento junto a SUPRAM NM, o empreendimento esta localizado em área Urbana. Não sendo necessária Reserva Legal.



7. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS DA FASE DE INSTALAÇÃO										
Aspecto ambiental	Impacto ambiental associado	Meio Atingido	Componente Atingido	Impacto	Abrangência do impacto	Classificação do impacto				Medidas mitigadoras ou de controle aplicáveis
						SIGNIFICANCIA				
						I	P	D	R	
Supressão da Vegetação (SV)	Redução de Biodiversidade da Flora Terrestre; Perda da Cobertura Vegetal Afugetamento da Fauna Terrestre	Biótico	Flora Terrestre Fauna terrestre	Redução de Biodiversidade da Flora Terrestre; Perda da Cobertura Vegetal Afugetamento da Fauna Terrestre	Local	Secundário	Permanente	Longo Prazo	Reversíveis	Implementar Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre de longo prazo, envolvendo os remanescentes florestais; Realização do manejo de fauna durante os processos de supressão de vegetação da região prevista para ser implantado o empreendimento; Demarcação das áreas de APP e áreas que não será necessário a supressão; Realização de reuniões com os operadores de máquinas para evitar desmatamento desnecessário; Programa de Educação Ambiental, com emprego de normas e condutas específicas e sensibilização de moradores locais e funcionários do empreendimento quanto à preservação da fauna presente na região.

Aspecto ambiental	Impacto ambiental associado	Meio Atingido	Componente Atingido	Impacto	Abrangência do impacto	Classificação do impacto				Medidas mitigadoras ou de controle aplicáveis
						SIGNIFICANCIA				
						I	P	D	R	
Supressão da Vegetação (SV)	Assoreamento Erosão Alteração da Qualidade do Ar Mudança de Qualidade da Água	Físico	Recurso Hídrico Superficial Solos Alteração no Microclima	Modificação de Qualidade da Água Assoreamento Erosão Alteração da Qualidade do Ar Mudança de Qualidade da Água	Local	Primário	Permanente	Imediato	Reversíveis	A supressão de vegetação deverá restringir-se à área mínima possível; Deverá sempre que possível ser evitada a movimentação de solos durante períodos chuvosos, Os solos deverão ficar expostos às intempéries pelo período de tempo mais curto possível. Os taludes e demais solos expostos deverão ser protegidos da ação das chuvas por vegetação ou outros tipos de cobertura; Deverá ser evitada também a limpeza de áreas em períodos chuvosos para reduzir o carreamento de material sólido para os cursos d'água. Proibição de Intervenção nas áreas de APP.



Aspecto ambiental	Impacto ambiental associado	Meio Atingido	Componente Atingido	Impacto	Abrangência do impacto	Classificação do impacto SIGNIFICANCIA				Medidas mitigadoras ou de controle aplicáveis
						I	P	D	R	
Movimentação de terra (MT)	Compactação dos solos, alteração do regime de escoamento. Poeira Assoreamento Produção de ruídos.	Físico	Solos Ar Recurso Hídrico Superficial	Alteração das Características dos solos (compactação dos solos, alteração do regime de escoamento) Poeira Assoreamento Produção de ruídos	Local	Primário	Permanente	Imediato	Irreversíveis	Na abertura das vias de circulação, evitar cortes profundos, criação de taludes artificiais e exposições excessivas do horizontes dos solos locais; Iniciar o processo de pavimentação e paisagismo imediatamente após a terraplanagem, reduzindo o período em que o solo ficará exposto à ação das águas pluviais; Implantar sistema de drenagem nas estradas, canteiros de obra e áreas de bota-fora, de modo a evitar o acúmulo de águas pluviais e, por consequência, a instalação de processos erosivos; Realizar abertura de acessos temporários em pontos menos favoráveis ao desencadeamento de erosões, Inspeccionar periodicamente as tubulações de transferência de óleo combustível de máquinas e equipamentos para verificação de vazamentos. Umectação constante do solo nas áreas de intervenção, com frequência predeterminada, para abatimento na origem das emissões de material particulado para a atmosfera. Implantação de manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos de potencial de geração de ruídos. Que manutenção de máquinas e equipamentos devem ser executadas em áreas preparadas para tal finalidade (Piso impermeável, canaletas de captação e presença de SAO - Separador Água e óleo)

Aspecto ambiental	Impacto ambiental associado	Meio Atingido	Componente Atingido	Impacto	Abrangência do impacto	Classificação do impacto SIGNIFICANCIA				Medidas mitigadoras ou de controle aplicáveis
						I	P	D	R	
Movimentação de terra (MT)	Afugentamento da Fauna, Redução das espécies florísticas.	Biótico	Flora Terrestre Fauna Terrestre	Afugentamento da Fauna, Perda de Habitat da fauna, Redução das espécies florísticas da área	Local	Primário	Permanente	Médio prazo	Irreversíveis	Programa de Educação Ambiental, com emprego de normas e condutas; específicas e sensibilização de moradores locais e funcionários do empreendimento quanto à preservação da fauna presente na região.



Aspecto ambiental	Impacto ambiental associado	Meio Atingido	Componente Atingido	Impacto	Abrangência do impacto	Classificação do impacto				Medidas mitigadoras ou de controle aplicáveis
						SIGNIFICANCIA				
						I	P	D	R	
Movimentação de terra (MT)	Alteração da Paisagem	Socioeconômico	Paisagem	Alteração da Paisagem	Local	Primário	Permanente	Imediato	Ireversíveis	Estabelecimento de um cinturão verde que dificulte a visualização das novas estruturas das áreas externas ao empreendimento. Na parte interna do empreendimento, as próprias instalações prediais, associadas à arborização, irão amenizar o impacto visual. Elaboração de projeto paisagístico, com vistas a humanizar o máximo possível o empreendimento na sua fase de operação, se possível, através da discussão participativa com a comunidade.

Aspecto ambiental	Impacto ambiental associado	Meio Atingido	Componente Atingido	Impacto	Abrangência do impacto	Classificação do impacto				Medidas mitigadoras ou de controle aplicáveis
						SIGNIFICANCIA				
						I	P	D	R	
Instalação do Canteiro de obras	Alteração nas condições de tráfego regional	Físico	Solos Ar Recurso Hídrico Superficial	Contaminação do solo; Alteração de qualidade da água; Poluição Sonora;	Local	Secundário	Temporário	Imediato	Reversíveis	Realizar abertura de acessos temporários em pontos menos favoráveis ao desencadeamento de erosões. Avaliar a necessidade de encaminhar a saída das águas das vias de circulação para estruturas de dissipação de energia. Implantar sistema de drenagem nas estradas, canteiros de obra e áreas de bota-fora, de modo a evitar o acúmulo de águas pluviais e, por consequência, a instalação de processos erosivos. Deverão ser construídas canaletas e outros dispositivos de drenagem que evitem o aumento das velocidades de escoamento superficial que possam causar erosão. Estruturas de drenagem deverão ser dotadas de dissipadores de energia. Realizar plano de monitoramento de ruídos em locais específicos do empreendimento. Umectação constante do solo nas áreas de intervenção, com frequência predeterminada, para abatimento na origem das emissões de material para a atmosfera.



Aspecto ambiental	Impacto ambiental associado	Meio Atingido	Componente Atingido	Impacto	Abrangência do impacto	Classificação do impacto SIGNIFICÂNCIA				Medidas mitigadoras ou de controle aplicáveis
						I	P	D	R	
Instalação do Canteiro de obras	Ferros de Indústrias Abstrées	Biotos	Flores Terrestre Fauna Terrestre	Perda de Indivíduos Aborígenes Redução de Habitat, Aquecimento da Fauna	Local	Secundário	Cíclico	Imediato	Inversível	Programa de Educação Ambiental, com emprego de normas e condutas, específicas e sensibilização dos funcionários do empreendimento quanto à preservação da fauna presente na região.

Aspecto ambiental	Impacto ambiental associado	Meio Atingido	Componente Atingido	Impacto	Abrangência do impacto	Classificação do impacto SIGNIFICÂNCIA				Medidas mitigadoras ou de controle aplicáveis
						I	P	D	R	
Resíduos Sólidos (RS)	Geração de resíduos	Físico	Sólido Recurso Hídrico Superficial	Alteração da Qualidade do Solo Alteração da Qualidade da Água	Regional	Primário	Temporário	Imediato	Reversível	Resíduos sólidos deverão ser armazenados e descartados adequadamente seguindo procedimentos a serem definidos no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS; Quanto aos resíduos oleosos, atividades de manutenção e limpeza de veículos e de maquinários deverão ser realizadas preferencialmente em postos de abastecimento de combustíveis situados fora da área das obras; Caso estas atividades sejam desenvolvidas no canteiro de obras, deverão ser feitas em locais preferencialmente cobertos, devidamente impermeabilizados, com rede coletora e dotados de tanques de sedimentação associados em série com separadores água-óleo, sendo o óleo separado, preferencialmente, reciclado.

Aspecto ambiental	Impacto ambiental associado	Meio Atingido	Componente Atingido	Impacto	Abrangência do impacto	Classificação do impacto SIGNIFICÂNCIA				Medidas mitigadoras ou de controle aplicáveis
						I	P	D	R	
Efluentes Líquidos (EL)	Alteração da Qualidade do Solo Eutrofização de Corpos Hídricos.	Físico	Sólido Recurso Hídrico Superficial	Alteração da Qualidade do Solo Alteração da Qualidade da Água Eutrofização de Corpos Hídricos.	Local	Primário	Temporário	Imediato	Reversível	Os efluentes líquidos oleosos gerados são direcionados para SADO - Separador Água e óleo. O efluente oriundo da utilização de instalações sanitárias deverá ser direcionado para um sistema de tratamento. Criação de bacias de contenção para áreas de armazenamento de líquidos para evitar o contato com os corpos hídricos, para área do entorno do empreendimento.



Aspecto ambiental	Impacto ambiental associado	Meio Atingido	Componente Atingido	Impacto	Abrangência do impacto	Classificação do impacto SIGNIFICANCIA				Medidas mitigadoras ou de controle aplicáveis
						I	P	D	R	
Aumento do trânsito de veículos	Compactação dos solos, Alteração da qualidade do Ar Produção de ruídos	Físico	Pressão sobre os solos Ar	Alteração das Características das solos, compactação dos solos. Alteração da qualidade do ar Poluição Produção de ruídos	Local	Primário	Temporário	Imediato	Reversíveis	Umidificação constante do solo nas áreas de intervenção, com frequência predeterminada, para abatimento na origem das emissões de material para a atmosfera. Controle de velocidade dos veículos em toda a área do empreendimento.

Aspecto ambiental	Impacto ambiental associado	Meio Atingido	Componente Atingido	Impacto	Abrangência do impacto	Classificação do impacto SIGNIFICANCIA				Medidas mitigadoras ou de controle aplicáveis
						I	P	D	R	
Aumento do trânsito de veículos	Fauna	Biológico	Fauna Terrestre	Aumento da Fauna, Atropelamento da Fauna	Regional	Secundário	Cíclico	Imediato	Reversíveis	Programa de Segurança e Alerta, com emprego de placas e redutores de velocidade ao longo das vias.

Aspecto ambiental	Impacto ambiental associado	Meio Atingido	Componente Atingido	Impacto	Abrangência do impacto	Classificação do impacto SIGNIFICANCIA				Medidas mitigadoras ou de controle aplicáveis
						I	P	D	R	
Aumento do trânsito de veículos	Fauna	Socioeconômico	Tráfego próximo ao empreendimento	Interferência no tráfego local	Regional	Secundário	Cíclico	Imediato	Reversíveis	Proposição e implantação de sinalização de trânsito próximos ao empreendimento.



Aspectos e impactos positivos da fase de instalação e operação

Diante da perspectiva de impactos positivos, nas fases de instalação e operação será necessária a contratação direta de funcionários. As atividades serão realizadas tanto por trabalhadores de empresas prestadoras de serviço quanto por profissionais oriundos do atual corpo técnico da própria empresa. Mesmo que a maior mobilização dos novos trabalhadores ocorra na fase de implantação do empreendimento, na fase de operação está prevista a necessidade de contratação.

Dessa forma, o meio atingindo com esse impacto será o socioeconômico no âmbito local e abrangência da ADA-mse. Com a instalação e plena operação do empreendimento haverá um crescimento na arrecadação tributária municipal e estadual. Além da contribuição tributária a geração de empregos diretos deve ser destacada como fonte dinamizadora e geradora de renda para população local.

8. Programas e/ou Projetos

REPRESENTATIVIDADE DA FORMA PELA QUAL FOI EXPRESSA A CAPACIDADE INSTALADA OU A PRODUÇÃO NOMINAL

Conforme estudos apresentados no Relatório de Controle Ambiental, que trata sobre o empreendimento de base para armazenamento de combustível, a empresa Linx Transportes Ltda informa sobre a capacidade instalada ou produção nominal. Para isso, estima-se a quantidade de 14.370,65 m³, divididos conforme descrito a seguir:

Tanques metálicos cilíndricos verticais aéreos.

Tanques Verticais Aéreos

Diâmetro (m) Altura (m) (m³) Produtos

TQ-01 17,18 10,50 2.434,03 S-500

TQ-02 17,18 10,50 2.434,03 S-500

TQ-03 15,32 10,50 1.935,52 Gasolina A

TQ-04 15,32 10,50 1.935,52 Gasolina A

TQ-05 13,36 10,50 1.471,95 S-10

TQ-06 15,32 10,50 1.935,52 Etanol Hidratado

TQ-07 13,36 10,50 1.471,95 Etanol Anidro

TQ-08 9,55 10,50 752,12 B-100



Produto	Tipo de Substância	Composição		Quantidade Armazenada (m³)	Ponto de fulgor (PF)	Ponto de ebulição (PE)
		Ingredientes	Concentração (%)			
Óleo Diesel S-500	Óleo diesel	Hidrocarbonetos aromáticos	-	4.868,06	38 °C	-
		Hidrocarbonetos parafínicos	-			
		Hidrocarbonetos naftênicos	-			
		Enxofre	Máx 500 mg/kg			
Óleo Diesel S-10	Óleo diesel	Composto sulfurado	-	1.471,95	38 °C	-
		Composto nitrogenado	-			
		Composto oxigenado	-			
		Enxofre	Máx 10 mg/Kg			
Gasolina Comum	Gasolina	Hidrocarbonetos saturados	27 - 47 % (p/p)	3.871,04	< 0 °C	-
		Hidrocarbonetos olefinicos	15 - 28 % (p/p)			
		Hidrocarbonetos aromáticos	26 - 35 % (p/p)			
		Benzeno	< 1 % (p/p)			
		Álcool etílico anidrido combustível	13 - 25 % (p/p)			
Etanol Hidratado	Álcool hidratado (AEHC)	Etanol	92,6 - 93,8 % (p/p)	1.935,52	13 °C	78,5 °C
		Água	6,2 - 7,4 % (p/p)			
		Gasolina	máx. 30 mL/L (p/p)			
Etanol Anidro	Álcool etílico ou anidro (AEAC)	Etanol	min. 99,3 % (p/p)	1.471,95	15 °C	77 °C
		Água	máx. 0,7 % (p/p)			
Biodiesel -100	Ésteres graxos de cadeia longa, C14-18 e C16-22, insaturados.	Ésteres metílicos derivados de óleo de soja ou gordura.	-	752,12	100°C	> 200°C

Fonte: Tabela 3 - Classificação de substâncias inflamáveis - Norma técnica da CETESB P4.261 de 2013

O projeto do empreendimento consiste em 08 (oito) tanques metálicos cilíndricos verticais aéreos para o armazenamento e movimentação de produtos derivados de petróleo e combustíveis líquidos.

Os tanques aéreos estarão dispostos em uma Bacia de Contenção, subdividida internamente conforma classe dos produtos. Na fase de construção do empreendimento, além dos tanques cilíndricos metálicos verticais aéreos, a instalação irá abranger 01(um) tanque cilíndrico horizontal subterrâneo, além, de instalações complementares como:

Uma plataforma de carregamento e descarregamento rodoviário para todos os produtos, composta de 06 mezaninos, para comportar até 12 caminhões tanques simultâneos, sendo que três mezaninos funcionam tanto para carregamento e descarregamento; e três funcionam exclusivamente para carregamento;

Uma praça de bombas composta de 08 conjuntos moto-bombas para carga rodoviárias dos produtos;

Uma plataforma descarregamento ferroviário para os produtos Diesel S-500, Diesel S-10 e Gasolina A, composta de 01 (um) desvio ferroviário, para até 09 vagões simultâneos, um tanque submerso de 60 m³, tripartido em 03 compartimentos de 20m³;

Uma praça de bombas para descarga ferroviária composta por 03 bombas;

Um prédio para portarias tipo "drive-in";

Um prédio de Escritório administrativo ;

Um prédio de escritórios das Distribuidoras (locatárias do espaço na Base), integrado com um restaurante e área de espera dos motoristas;

Um prédio com o laboratório, banheiros e área de armários e lavagens de EPI;

Uma casa de bombas de combate a incêndio;

Um tanque de água para atendimento do combate a incêndio;

Todos os tanques serão construídos com chapas de aço carbono atendendo a norma ABNT - NBR 7821 (Tanques Soldados para Armazenamento de Petróleo e Derivados).No interior de cada tanque serão instaladas películas flutuantes para evitar a evaporação dos produtos, como também, para a redução na emissão de poluentes. As plataformas serão construídas em estrutura metálica apoiada em sapatas de concreto.

Para cada ponto de parada dos caminhões-tanque haverá equipamentos trava-quedas para garantir a segurança dos operadores nos processos de carga, descarga e conferência de caminhões. As baias de carregamento/descarga possuirão lajes de concreto, canaletas coletoras de eventuais líquidos derramados,



dotadas de grades, direcionadas para o sistema de águas contaminadas (SAO). Os diques das Bacias de Contenção serão construídos conforme as normas da ABNT tendo a altura de aproximadamente 2,50 metros. Cada bacia de contenção possuirá escadas de acesso em estrutura metálica e caixas de drenagem de águas contaminadas de concreto armado. As tubulações para combustíveis e de incêndio, além de conexões e válvulas serão em aço carbono, atendendo a ANSI 31.3. Desse modo, cada equipamento destinado à construção e montagem na fase de instalação listados no projeto do empreendimento está embasado nas as normas brasileiras relativas a cada serviço, sendo que as principais estão dispostas a seguir:

Principais normas utilizadas

ABNT - NBR 7821 - Tanques Soldados para Armazenamento de Petróleo e Derivados.

ABNT - NBR 12615 - Sistema de Combate a Incêndio por Espuma.

ABNT - NBR 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão.

ABNT - NBR 5418 - Instalações Elétricas em Ambientes com Líquidos, Gases ou Vapores Inflamáveis.

ABNT - NBR 5419 - Proteção de Estruturas Contra Descargas Atmosféricas.

ABNT - NBR 14039 - Instalações Elétricas de Alta Tensão.

ABNT - NBR 5110 - Iluminação Pública.

ABNT - NBR 13571 - Haste de Aterramento Aço-Cobreada e Acessórios.

ABNT - NBR 7117 - Medição da Resistividade do Solo pelo Método dos Quatro Pontos (Werber).

ABNT - NBR 9441 - Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio.

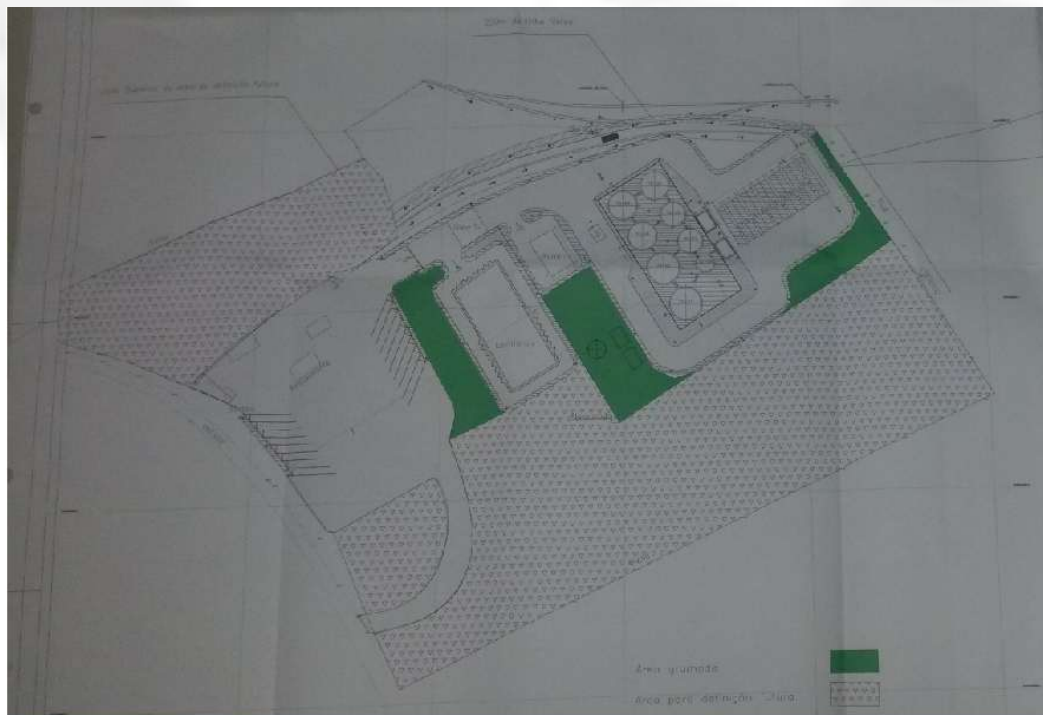
ASME B 31.3 - Petroleum Refinery Piping.

NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade

API 650 - Welded Steel Tanks for Oil Storage

API 2000 - Venting Atmospheric and Pressure Storage Tanks: Non Refrigerated and Refrigerated.

A construção que se propõem o empreendimento será realizada por empresas terceirizadas e credenciadas no CREA de Minas Gerais. O regime de trabalho para construção seguirá os critério da empresa contratada, mais deverá compreender obrigatoriamente os horário diurno, ou seja, o período matutino e vespertino. O prazo para construção dos tanques está previsto para 10 (dez meses). O prazo para construção das demais edificações está previsto para 36 (trinta e seis meses).





8.1 Análise de Riscos

Referência: Processo Licença Prévia nº 9355/2013/001/2014
Empreendedor: Linx transportes Ltda
Assunto: Resposta a Inf. Complementares – OF.SUPRAM-NM Nº1037/2014

Montes Claros, 2 de janeiro de 2015

Prezado Superintendente,

Venho complementar a resposta apresentada em 23 de Dezembro de 2014, quanto ao item 3 (Análise de Risco), relacionadas no Ofício SUPRAM/NM Nº1037/2014 do Processo de Licença Prévia nº 9355/2013/001/2014 do empreendedor Linx Transportes Ltda.

O nosso pleito é conseguir a licença prévia sem a necessidade de conclusão de projetos executivos, uma vez que, conforme já informado, estes projetos serão ainda avaliados e possivelmente modificados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), que exigirá equipamentos e normas de segurança específicas para o tipo de empreendimento. A falta destes projetos torna impossível a confecção da Análise de Risco no momento, mais a necessidade da mesma já foi percebida e consta em nosso RCA.

Ressaltamos que o empreendimento adotará as melhores e mais rigorosas práticas internacionais de segurança e de proteção às pessoas e ao meio ambiente, na construção e na operação do terminal, minimizando todos os riscos possíveis, das quais citamos algumas:

1. Bacias de contenção

Os tanques de armazenamento possuirão bacias de contenção, compostas por diques de modo a impedir a ocorrência de derramamento ou vazamento de líquidos. Tais bacias possuirão piso em concreto e um sistema de drenagem para a coleta de eventuais. Contarão com a capacidade volumétrica no mínimo, igual ao volume do maior tanque nela instalada somado ao volume do deslocamento da base deste tanque mais os volumes equivalentes aos deslocamentos dos demais tanques contidos nessa bacia, suas bases e os volumes dos diques intermediários.



2 Distanciamento entre costado dos tanques

Segundo a norma ABNT NRB 17505, o espaçamento mínimo entre os tanques de armazenamento será equivalente a 1/6 da soma dos diâmetros dos tanques adjacentes, não podendo ser inferior a 1,0 (um) metro.

3 Distanciamento segura aos limites da propriedade

Serão observadas as distâncias mínimas de segurança entre os tanques de inflamáveis para as demais instalações, equipamentos, tanques, edificações, áreas de movimentação e fluxo, vias de circulação interna, bem como dos limites da propriedade em relação a áreas circunvizinhas e vias públicas, estabelecidas na norma ABNT NBR 17505, que determina o máximo de **90 Metros**, havendo ações de proteção de vizinhança

Tabela 1 — Localização de vasos ou tanques de processamento em relação aos limites de propriedade e aos edifícios importantes mais próximos, dentro da mesma propriedade, quando for prevista proteção da vizinhança contra exposição

Capacidade máxima operacional de líquidos L	Distância mínima ao limite da propriedade, desde que na área adjacente haja ou possa haver construção, inclusive no lado oposto da via pública				Distância mínima do lado mais próximo de uma via de circulação interna, ou de um prédio importante, que não seja integrante do processo			
	m		m		m		m	
	Alívio de emergência de líquido estável	Alívio de emergência de líquido instável	Alívio de emergência de líquido estável	Alívio de emergência de líquido instável	Alívio de emergência de líquido estável	Alívio de emergência de líquido instável	Alívio de emergência de líquido estável	Alívio de emergência de líquido instável
1 050 ou menos	Pressão abaixo de 17,2 kPa (2,5 psig)	Pressão acima de 17,2 kPa (2,5 psig)	Pressão abaixo de 17,2 kPa (2,5 psig)	Pressão acima de 17,2 kPa (2,5 psig)	Pressão abaixo de 17,2 kPa (2,5 psig)	Pressão acima de 17,2 kPa (2,5 psig)	Pressão abaixo de 17,2 kPa (2,5 psig)	Pressão acima de 17,2 kPa (2,5 psig)
1 051 a 2 950	1,5	3,0	4,5	8,0	1,5	3,0	4,5	6,0
2 951 a 45 500	3,0	4,5	7,5	12,0	1,5	3,0	4,5	6,0
45 501 a 113 400	4,5	7,5	12,0	18,0	1,5	3,0	4,5	6,0
113 401 a 189 250	6,0	9,0	15,0	24,0	1,5	3,0	4,5	6,0
189 251 a 378 600	9,0	13,5	22,5	36,0	3,0	4,5	7,5	12,0
378 601 a 757 200	15,0	22,5	37,5	60,0	4,5	7,5	12,0	18,0
Acima de 757 201	24,0	36,0	60,0	90,0	7,5	12,0	18,5	30,0

NOTA: Dobrar todas as distâncias acima mencionadas nos casos em que não houver uma "proteção de vizinhança" contra exposição. (ver 3.64 de ABNT NBR 17505-1:2006).

4 Teto do tanque.

O teto fixo será metálico, com solda fragilizada no contato com o costado do tanque, com ventilação no topo e beiral no teto, projetado e construído de acordo com a ABNT NBR 7821 ou norma internacionalmente aceita.

A preocupação com a fragilidade do teto, tem como função evitar que em caso de incêndio as laterais do tanque funcionem como contenção e o líquido queime sem abalar os tanques laterais :



4 Selo (película) Flutuante

Os tanques contarão ainda com uma membrana ou selo flutuante suportado por dispositivos metálicos herméticos de flutuação, com flutuação suficiente para evitar que a superfície do líquido fique exposta, diminuindo assim a emissão de gases e riscos. Trata-se de uma película que se movimenta de acordo com a quantidade de produto na unidade de armazenamento.



3.1.5 Sistema de espuma

Os tanques atmosféricos de teto fixo que armazenem Líquidos Inflamáveis e que possuam diâmetro superior a 9 (nove) metros ou altura superior a 6 (seis) metros devem possuir um sistema de inertização por nitrogênio ou um sistema fixo de aplicação de espuma para combate a incêndio.



Alternativamente, para alguns produtos, a exigência pode ser dispensada, caso os mesmos sejam equipados de válvulas do tipo pressão de alívio e vácuo ou válvula corta-chamas, o que será analisado posteriormente junto a ANP e Bombeiros.

Os tanques contarão ainda com 02 anéis, um a 5 metros de altura e outro em seu teto, que circulam toda a sua extremidade (360°) que fará a aplicação de espuma, caso necessário.



6 Sistema de hidrantes

As normas relativas indicam que cada tanque será protegido por no mínimo 2 (dois) hidrantes. Cada hidrante, por sua vez, deve possuir no mínimo 2 (duas) saídas.

O sistema de combate a incêndio deve possuir pelo menos uma bomba reserva capaz de atender as condições mínimas de projeto. Tal bomba deve ter acionamento por fonte alternativa de energia (no caso da Linx: motores a diesel) e instalada em local de fácil acesso e manuseio com sistema de iluminação de emergência.

7 Equipamentos elétricos classificados

Os equipamentos que possuam alimentação elétrica, tais como bombas, painéis elétricos e equipamentos de instrumentação, devem ser posicionados externamente



à bacia de contenção de tanques de Líquidos Inflamáveis, cujo distanciamento mínimo deve observar o Estudo de Classificação de Áreas.

No caso de impossibilidade de instalação dos equipamentos elétricos em área externa à supracitada bacia, será elaborado um Estudo de Classificação de Áreas. Tal estudo será realizado por profissional legalmente habilitado.

O(s) referido(s) equipamento(s) deve(m) possuir proteção contra a formação de ignição, atendendo a classificação indicada neste estudo. A localização (distância e altura) da instalação dos equipamentos elétricos também deve atender as recomendações do Estudo de Classificação de Áreas.

No caso de existência de instrumentos de medição de volume instalados no interior do tanque de Líquidos Inflamáveis, os mesmos devem, obrigatoriamente, possuir proteção adequada para área classificada.

8 Aterramento elétrico

Os tanques de armazenamento devem possuir aterramento elétrico ou alguma outra medida para controle da geração, acúmulo e descarga de eletricidade estática.

A empresa deve possuir o laudo de aprovação do sistema de aterramento elétrico do parque de tanques assinado por profissional legalmente habilitado, detentor de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica.

Os equipamentos elétricos são blindados, todas as estruturas são ligadas ao solo para proteção contra descargas atmosféricas e eletrostáticas.

9 SPDA - Sistema de Proteção de Descarga Atmosférica

A planta industrial deve possuir SPDA - Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas, de acordo com o estabelecido em normas técnicas nacionais.

A empresa deve possuir o laudo de aprovação do SPDA e do aterramento elétrico referente à planta produtora de biodiesel. Tal documento deve estar assinado por profissional legalmente habilitado.

10 Extintores de incêndio

A planta industrial deve possuir extintores portáteis na área da produção para efetuar o imediato combate a um eventual princípio de incêndio.



15 A Plataforma

A plataforma de carregamento e descarregamento devem possuir aterramentos e ser protegidas por extintores portáteis, canhões monitores ou sistemas fixos de aspersores ou sistema de dilúvio. As tubulações da plataforma de carregamento e descarregamento devem ser pavimentadas e preferencialmente cobertas e dispostas de forma horizontal sem aclives ou declives. Também devem possuir canaletas capazes de conter eventuais vazamentos ou derramamentos de líquidos, com capacidade suficiente para drenar para uma caixa separadora ou dique.

As plataformas de carregamento e descarregamento devem possuir aterramento elétrico para os caminhões tanques para controle da geração, acúmulo e descarga de eletricidade estática.

16 Plano de Emergência

O Plano de Emergência deve citar as pessoas envolvidas e os respectivos números de contato, bem como deve seguir os itens mínimos relacionados abaixo, conforme estabelecido em normas técnicas nacionais:

- 4.4.1 alerta;
- 4.4.2 acionamento do apoio externo – (Ex: Corpo de Bombeiros)
- 4.4.3 eliminação dos riscos (desenergização / fechamento de válvulas);
- 4.4.4 abandono de área, rotas de fuga e pontos de encontro;
- 4.4.5 confinamento do incêndio;
- 4.4.6 combate ao incêndio e procedimentos de primeiros socorros;
- 4.4.7 procedimento para comunicação de incidentes (Resolução ANP nº 44/2010).

17 Treinamento dos Operadores

Será comprovada a realização dos treinamentos abaixo através de certificados de treinamento ou registros de treinamentos realizados, contendo data de realização, carga horária, instrutor responsável e conteúdo programático:

- 4.5.1 Procedimentos Operacionais (de acordo com o item 4.1);
- 4.5.2 manuseio de hidróxidos e Líquidos Inflamáveis;
- 4.5.3 Permissão de Trabalho;
- 4.5.4 espaço confinado, trabalho a quente e trabalho em altura;



- 4.5.5 Plano de Emergência e abandono;
- 4.5.6 formação de brigadistas;
- 4.5.7 simulado de combate a incêndio,
- 4.5.8 formação de operador de caldeira.

Sem mais para o momento, e colocando-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, firmamo-nos.

Atenciosamente,

Rogério de Oliveira Barral
CPF: 769.576.676-34

GISLANDO VINICIUS ROCHA DE SOUZA
D.D. Superintendente Regional de Regularização Ambiental – Norte de Minas –
SUPRAM/NM.
Av. José Corrêa Machado, 900, Bairro Ibituruna.
CEP 39.400-000 – Montes Claros / MG



8.2. Plano de Atendimento a Emergências - PAE

O empreendimento apresentará na LI (licença de instalação) o Plano de Atendimento a Emergências - PAE, que será gerenciado pela consultoria técnica em meio ambiente e segurança do trabalho em conjunto com empreendedor.

O referido estudo estabelece procedimentos para atuação dos gerenciadores, de forma individual e participativa, no atendimento as emergências ambientais provocadas por acidentes envolvendo produtos perigosos e fornecer procedimentos e ações que devem ser observadas e colocadas em prática em caso de emergências.

O PAE tem os seguintes objetivos:

- A) Orientar pessoas e equipes responsáveis pelo atendimento a emergência com produtos perigosos, definindo as primeiras ações a serem adotadas e os recursos humanos e materiais disponíveis.
- B) Estabelecer procedimentos técnicos e administrativos, com base em legislações e normas brasileiras, contemplando todas as fases de carregamento, movimentação, descarga e transporte de produtos perigosos em acidentes que eventualmente possam ocorrer.

O PAE prever a revisão anual do mesmo e a realização de treinamentos da brigada de emergência e exercícios simulados de abandono de área, que deverão ser realizados de forma parcial no período máximo de 06 meses e treinamento completo envolvendo todos os funcionários no período máximo de 12 meses.

8.3. Plano de Monitoramento e Acompanhamento

Conforme estudos apresentados a base de armazenamento configura um tipo de empreendimento com riscos potenciais de contaminação do ambiente natural. Logo, a concepção e operação adequadas dessas instalações, assim como a adoção de procedimentos adequados de mitigação dos possíveis impactos que podem ser gerados, resultam na minimização desse potencial de comprometimento ambiental.

Assim sendo, é indispensável à implantação de um programa de monitoramento permanente, sistemático e abrangente, das diversas instalações que compõem o empreendimento. Nesse sentido, a LINX TRANSPORTES LTDA - EPP pretende implantar um programa de monitoramento ambiental da base de armazenamento de combustíveis, que abrangerá:

- Monitoramento da implantação da base de armazenamento;
- Monitoramento do sistema de drenagem de águas pluviais;
- Monitoramento do lençol freático por meio de poços de monitoramento;
- Atenção à saúde dos trabalhadores;
- Monitoramento da cobertura vegetal, procurando preservá-la e recompô-la quando necessário;
- Acompanhamento técnico constante das atividades operacionais, de conformidade com o projeto executivo;



Será realizado, periodicamente, o acompanhamento fotográfico do empreendimento, durante a fase de execução de obras, indicando as condições do canteiro e da área de entorno. Este relatório fotográfico será devidamente legendado e estará disponível para a FEAM/SUPRAM NM, caso esta o requisite, e para o público.

8.4 Programas a Serem Apresentados – PCA (PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL)

- Programa Ambiental para a Construção (PAC);
- Programa de Controle e Monitoramento de Processos Erosivos;
- Programa de Recuperação de Área Degradada (PRAD);
- Programa de Supressão de Vegetação;
- Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais;
- Programa de Monitoramento e Resgate de Germoplasma;
- Programa de Reposição Florestal e recuperação de APP;
- Programa de Monitoramento de Fauna;
- Programa de Educação Ambiental – População lindeira;
- Programa de Educação Ambiental – Trabalhadores da obra;
- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Saúde da População e dos Trabalhadores;

9. Compensações

Não se aplica ao empreendimento. A área de implantação do projeto da base de armazenamento está desprovida em boa parte da vegetação nativa, apresentando ao norte área de remanescente de vegetação com árvores isoladas.

Não haverá intervenção em área de preservação permanente (APP), assim como as intervenções que ocorrerão para implantação do empreendimento serão propostas no PCA, as medidas de mitigação das mesmas.

10. Controle Processual

O empreendedor requer a Licença Prévia para o empreendimento Linx Transportes Ltda./Base de Abastecimento, a ser implantado no Município de Montes Claros.

A Resolução n.º 237 do CONAMA, de 19 de dezembro de 1997 dispõe que:

“Licenciamento ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam



causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso”.

DA LICENÇA PRÉVIA

A referida licença, conforme disposição do inciso I do artigo 9º do Decreto n.º 44.844, de 25 de junho de 2008, é *“concedida na fase preliminar de planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso e ocupação do solo”.*

Nesse diapasão a Licença Prévia deve ser fundamentada em informações formalmente prestadas pelo interessado, especificando as condições básicas a serem atendidas durante a instalação e funcionamento do equipamento ou atividade poluidora. Sua concessão implica compromisso da entidade poluidora de manter o projeto final compatível com as condições do deferimento.

O processo encontra-se instruído corretamente, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos para a atividade em comento pela legislação ambiental em vigor.

Dessa forma, sugerimos o DEFERIMENTO do pedido da Licença Prévia, pelo prazo de 4 (quatro) anos, para o empreendimento Linx Transportes Ltda./Base de Abastecimento, desde que atendidas as recomendações técnicas e condicionantes apresentadas.

11. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Norte Minas sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença Prévia, para o empreendimento LINX TRANSPORTES LTDA para a atividade de Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, no município de Montes Claros, MG, pelo prazo de 04 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Unidade Regional Colegiada do Copam Norte de Minas.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Norte Minas, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Norte Minas, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

12. Anexos

Anexo I. Condicionantes para Licença Prévia (LP) do LINX TRANSPORTES LTDA.

Anexo II. Relatório Fotográfico do LINX TRANSPORTES LTDA.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Prévia (LP)

LINX TRANSPORTES LTDA - EPP

Empreendedor: LINX TRANSPORTES LTDA
Empreendimento: LINX TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 07.435.997/0001-51
Município: Montes Claros-MG
Atividade: Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos
Código DN 74/04: F-02-04-6
Responsabilidade pelos Estudos: SEAM – Solução Engenharia Ambiental
Referência: Licença Prévia
Processo: 09355/2013/001/2014
Validade: 4 (quatro) anos

Itens	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	As recomendações constantes do RCA e deste parecer único não apresentadas como condicionantes deverão ser observadas pelo empreendedor. Se necessário, e a critério do órgão ambiental, poderão ser objeto de determinação e cumprimento durante o processo de fiscalização e acompanhamento da referida licença.	Durante LP
2	Apresentação do PCA (Plano de Controle Ambiental) com detalhando de todos os programas previstos desse parecer	Na formalização da LI
3	Qualquer mudança promovida no empreendimento, que venha a alterar a condição original do projeto, das instalações e causar interferência, deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.	Durante LP
4	Apresentação da aprovação do processo de solicitação de Obra de Interesse da linha férrea pela FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA e pela ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre).	Na formalização da LI
5	Comprovar a apresentação de todos os projetos técnicos executivos da base de armazenamento aprovados pelos órgãos competentes para a ANTT	Na formalização da LI
6	Apresentar a análise de risco	Na formalização da LI
7	Apresentar aprovação de todos os projetos executivos definitivos pela ANP	Na formalização da LI
8	Apresentar aprovação de todos os projetos executivos definitivos pelo corpo de Bombeiros.	Na formalização da LI
9	Apresentar aprovação do projeto de acesso ao empreendimento pela MCTrans	Na formalização da LI
10	Apresentar aprovação pelo DNIT do projeto executivo do trevo na BR 251	Na formalização da LI
11	Apresentação do PUP (plano de utilização pretendida) pela supressão da vegetação nativa com destoca de acordo com a Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013	Na formalização da LI
12	Formalização do processo de outorga do poço tubular	Na formalização da LI
13	Apresentar o PEA (Programa de Educação Ambiental) conforme DN COPAM nº 110/2007.	Na formalização da LI
	Apresentar proposta de compensação ambiental pelo abate de árvores	



14	imunes, caso seja necessário, de acordo com a Lei nº 20.308, de 27 de julho de 2012.	Na Formalização da LI
15	Apresentar detalhamento de todos os planos de monitoramentos.	Na Formalização da LI
16	Apresentar detalhamento de todo projeto executivo de todas as unidades e estruturas componentes da BASE DE ARMAZENAMENTO propostas na LP, incluindo proposta de tratamento paisagístico / urbanístico.	Na Formalização da LI
17	Enviar projeto de uma rede de monitoramento da qualidade da água – superficial e subterrânea – a montante e a jusante do local proposto, contemplando uma base de dados que permita comparações futuras, bem como avaliar periodicamente eventual intervenção do empreendimento na qualidade dos recursos hídricos.	60 dias
18	Apresentar Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) para a atividade de comércio de combustíveis e derivados de petróleo.	Na Formalização da LI

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.



ANEXO II

Relatório Fotográfico do LINX TRANSPORTES LTDA

Empreendedor: LINX TRANSPORTES LTDA

Empreendimento: LINX TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 07.435.997/0001-51

Município: Montes Claros-MG

Atividade: Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos

Código DN 74/04: F-02-04-6

Responsabilidade pelos Estudos: SEAM – Solução Engenharia Ambiental

Referência: Licença Prévia

Processo: 09355/2013/001/2014

Validade: 4 (quatro) anos



Figura 1: Maior parte da área sem presença de árvores.



Figura 3: Concentração de árvores na parte baixa da área.

